

# O “Femonacionalismo” enquanto Violação de Categorias de Identidade: A Face Renovada da Extrema-Direita Europeia

## “Femonationalism” as a Violation of Identity Categories: The Renewed Face of the European Far-Right

**Cláudia Álvares**

Instituto Universitário de Lisboa – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da  
Empresa/Centro de Investigação e Estudos de Sociologia  
[claudia.alvares@iscte-iul.pt](mailto:claudia.alvares@iscte-iul.pt)

### **Resumo**

Partindo do pressuposto de que existe uma tendência para tratar as mulheres de direita como anómalas (Downing 2018), este artigo analisa a recente reapropriação do discurso feminista pela extrema-direita na Europa, com a proeminência de altas figuras políticas femininas como Marine Le Pen, líder do partido francês *Le Rassemblement National*, Anne Marie Waters, líder do partido anti-islâmico britânico *For Britain*, e Alice Weidel, co-líder do *Alternative für Deutschland* (AfD). Defende-se que este discurso “femonacionalista” (Farris 2017) desestabiliza a diluição interseccional de fronteiras entre categorias “oprimidas” (Crenshaw 1989), combinando retórica anti-imigrante e antimisógina, tendencialmente enquadrada de acordo com um princípio organizador antimuçulmano. Ao violar as categorias da política de identidade, segundo a qual a identidade de um indivíduo – seja ela de género, sexual, racial ou baseada em classe – determina a sua preferência ideológica (Downing 2018: 369), as mulheres líderes da extrema-direita estão a contribuir estrategicamente para a reinscrição da genealogia da mobilização feminista, tradicionalmente conotada com uma tradição intelectual e ativista de esquerda.

Uma seleção de comentários de Facebook publicados por Marine Le Pen, Anne Marie Waters e Alice Weidel sobre os acontecimentos de Colónia constituirá o corpus analítico que nos permite explorar a forma como a misoginia é usada para justificar uma política discriminatória que, mais do que abertamente racista, é, acima de tudo, anti-islâmica.

**Palavras-chave:** feminismo, extrema-direita, interseccionalidade, misoginia, racismo cultural

## Abstract

Positing a certain tendency to treat right-wing women as anomalies (Downing 2018), this article analyses the recent reappropriation of feminist discourse by the far-right in Europe, with the prominence of female political leaders such as Marine Le Pen from the *Le Rassemblement National*, Anne Marie Waters, leader of anti-Muslim party, *For Britain*, and Alice Weidel, co-leader of the *Alternative für Deutschland (AfD)*. It is claimed that this “femonationalist” (Farris 2017) discourse destabilises the intersectional dilution of frontiers among “oppressed” categories (cf. Crenshaw 1989), combining anti-immigrant and anti-misogynistic rhetoric, generally framed according to an anti-Islam organising principle. By violating the categories of political identity, according to which an individual’s identity – be it gendered, sexual, racial or class-based –, determines his or her ideological preference, female far-right leaders are strategically contributing to reinscribe the genealogy of feminist mobilisation, traditionally connoted with an intellectual and activist leftist tradition.

A selection of Facebook comments published by Marine Le Pen, Anne Marie Waters and Alice Weidel on the events in Cologne will constitute the analytic corpus which will allow us to explore the ways that misogyny is used to justify a discriminatory politics that, more than openly racist, is above all anti-Muslim.

**Keywords:** feminism, radical right, intersectionality, misogyny, cultural racism

A infiltração do privado na esfera pública é um aspeto que tem habitualmente causado algum desconforto à política de direita, dada a concessão, por parte do liberalismo conservador, de um certo grau de imunidade contra a intervenção governamental na esfera doméstica (Thornton 1991: 448). Desse ponto de vista, os direitos individuais encontram-se, na esfera doméstica, para lá dos “limites legítimos da coerção e da regulamentação por parte do governo” (Mnookin 1982: 1429), do que se infere um domínio de autonomia individual assente no direito de não estar sujeito a interferência governamental.

O enfoque do movimento feminista na prática intelectual e compromisso político coletivos (Bratich 2018: 297), resultando, desde a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em 1995 em Pequim, na promoção de uma agenda defensora dos direitos humanos universais das mulheres em detrimento da preservação de particularidades culturais, conota o feminismo com uma abordagem de esquerda à não-negociabilidade dos direitos baseados no género. Tais direitos baseados em género implicam o distanciamento relativamente a uma conceção segundo a qual os direitos são neutros. Esta última

perspetiva enquadra-se numa perspetiva liberal mais de direita que privilegia “o direito a ser-se livre da intrusão do Estado nos domínios privados da família, do casamento e da religião” (Stone-Mediatore 2014: 59).

Resumidamente, a razão pela qual o movimento feminista se opõe a uma conceção liberal de direita dos direitos universais sem discriminação com base em género é que esta ignora as necessidades específicas das mulheres, deixando conseqüentemente o caminho aberto para isenções de foro cultural que, por motivos de tradição ou costume, violam os direitos das mulheres, ao mesmo tempo que deixa de lado os apoios do Estado necessários à satisfação das exigências das mulheres (Okin 2000: 29, 38; Stone-Mediatore 2014: 58-9).

Como Lisa Downing (2018: 368) observa, “na cultura ocidental moderna, as mulheres de direita têm sido tratadas como anomalias ou como problemas de categorização, tanto por comentadores pertencentes à corrente dominante como pelo feminismo”. De facto, um legado duradouro do movimento feminista poderá ser o de que as mulheres sejam mais frequentemente vistas como uma classe ou uma coletividade essencializada, mobilizada em torno do objetivo de mudar a sociedade segundo os interesses de todas as mulheres, ao invés de indivíduos particulares, por contraste com seus homólogos masculinos, cuja imagem tende a ser construída em torno de um forte sentido de individualidade autónoma.

Não se pretende por isto dizer que não existam mulheres que sejam retratadas na sua individualidade; no entanto, quando tal ocorre, essa tentativa de fazer incidir uma luz sobre si próprias na sua particularidade é apontada, muitas vezes por jornalistas, como algo excepcional (e.g. o sentido de moda de Theresa May, contrastando com o vestuário homogéneo de Angela Merkel; o penteado feminino de Margaret Thatcher, contrastando com suas políticas beligerantes na década de 1980; a postura independente de Marine Le Pen relativamente à liderança partidária do seu pai, contrastando com o que se esperaria de uma filha obediente com inclinações ideológicas semelhantes às de Jean-Marie Le Pen). Além disso, esta associação de mulheres ao coletivismo conjuga-se com a pressuposição genérica de que as mulheres terão maior inclinação natural do que os homens para valores de esquerda, tais como “a busca do consenso... e compaixão”, indissociáveis da sua função reprodutiva, bem como do papel materno enquanto cuidadoras a elas associado (Downing 2018: 368).

A interseccionalidade, um conceito que explora a subordinação compartilhada como algo que se revela na interseção de eixos de opressão tais como género e raça (Crenshaw 1989: 25), coloca em primeiro plano uma universalidade comum de experiência – a da opressão – como base para a solidariedade humana. Ao afirmar este carácter comum da experiência, a interseccionalidade substitui particularidades essencialistas, como aquelas que

são inerentes ao gênero ou à raça, por um essencialismo universal – o da marginalização pela cultura masculinista dominante.

Esta situação conduz à legitimação de abordagens desconstrutivas às categorias identitárias com base na ideia de uma experiência partilhada de “alteridade”. Mais uma vez, tal interpretação da interseccionalidade tem sido influente para o pensamento feminista na sua justificação de uma caracterização, próxima do senso comum, das mulheres como “naturalmente” mais propensas a ideais de esquerda de solidariedade e igualdade do que aqueles posicionados à direita do espectro político.

No entanto, em tempos recentes, tem-se assistido a uma reapropriação do discurso feminista pela extrema-direita na Europa, com a proeminência de altas figuras políticas femininas como Marine Le Pen, líder do partido francês *Le Rassemblement National*, Anne Marie Waters, líder do partido anti-islâmico britânico *For Britain*, e Alice Weidel, co-líder do *Alternative für Deutschland* (AfD). Esta situação desestabiliza a diluição interseccional de fronteiras entre categorias “oprimidas”, combinando retórica anti-imigrante e antimisógina, tendencialmente enquadrada de acordo com um princípio organizador antimuçulmano. Ao violar as categorias da política de identidade, segundo a qual a identidade de um indivíduo – seja ela de gênero, sexual, racial ou baseada em classe – determina a sua preferência ideológica (Downing 2018: 369), as mulheres líderes da extrema-direita estão a contribuir estrategicamente para a reinscrição da genealogia da mobilização feminista, tradicionalmente conotada com uma tradição intelectual e ativista de esquerda.

O sucesso da extrema-direita na Europa tem sido efetivamente adjuvado pela capacidade da sua liderança se manter atualizada, modernizando-se através da adesão a uma postura que defende a não-negociabilidade dos direitos baseados no gênero, o que pressupõe a legitimação de juízos de valor positivos em relação a culturas que protejam tais direitos em detrimento daquelas que violem esses direitos. Essa tomada de posição por parte de alguma extrema-direita das modernas democracias ocidentais toma forma num contexto em que tende a imperar o descontentamento popular resultante do desmantelamento continuado do Estado Social e da imposição de medidas de austeridade para controlar défices orçamentais, na sequência da crise económica global de 2008.

Os trabalhadores operários têm sido atingidos com particular intensidade por esta situação, sendo-lhes oferecidas cada vez menos proteção num contexto tanto de supressão de postos de trabalho, devido à crescente automação, como da terceirização da produção ou de outros serviços por parte das empresas, de forma a beneficiar de custos laborais mais baixos no estrangeiro (Pelinka 2013). Além disso, o confronto de sociedades europeias com imigrantes que nem falam a língua do país em que vivem nem partilham de uma herança cultural “europeia” relativamente ao que é sancionado como comportamento normativo

aceitável, está a dar origem a problemas significativos no que concerne à capacidade de lidar com a diferença, seja através da adoção de práticas multiculturais ou da imposição de medidas assimilativas.

Atualmente, tais debates estão a fomentar uma política divisora e polarizada onde se assume que o “grupo interno” partilha de uma identidade normativa nacional, étnica ou racial, definida por oposição a um “grupo externo”, o qual é visto como ameaça à coesão do “grupo interno” (Alvares e Dahlgren 2016: 47). A crescente dependência das redes sociais na comunicação política vem contribuir para essa polarização, sendo as redes sociais altamente permeáveis à fácil propagação de emoções. Ao conferir elevada visibilidade aos utilizadores que chegam a audiências alargadas, a cultura algorítmica que caracteriza a arquitetura das redes está orientada em função da maximização da popularidade. As mensagens capazes de gerar envolvimento afetivo ou emocional são precisamente aquelas que são premiadas com maior visibilidade neste contexto. Assim, a popularidade como critério fundamental de disseminação tem repercussões sobre o modo como a esfera política, tradicionalmente ligada à racionalidade argumentativa está a ser redesenhada pela presença cada vez mais visível – e histriónica – das emoções na esfera pública (Wahl-Jorgensen 2018: 771; Esteves 2019).

Uma tendência neoconservadora preocupada com a prevenção do terrorismo, crime e comportamentos desviantes tende então a instalar-se nas sociedades europeias, em parte mobilizada por emoções de medo que procuram segurança no emprego de disciplina e do controlo social. Apesar de tais ameaças serem muito reais – como foi tornado evidente pela onda de ataques realizados entre 2015 e 2017 em cidades europeias (Manchester Arena em maio de 2017, Bruxelas em março de 2016, Aeroporto Atatürk em junho de 2016, Nice em julho de 2016, e os ataques de Paris em novembro de 2015) –, a crescente preocupação das sociedades em que vivemos com a segurança tem o efeito paradoxal de intensificar a ansiedade pública e um sentimento de insegurança existencial (Furedi, 2009: 197; Silverman e Thomas, 2012: 284).

Estas tensões, que têm deixado a sua marca nos debates sobre identidade europeia num contexto multicultural, vêm à superfície em enquadramentos culturalmente divergentes no que respeita às relações de género na esfera pública europeia. Neste contexto, o reconhecimento do direito das mulheres à visibilidade e ao controlo dos seus corpos no espaço público torna-se uma “medida” objetiva daquilo que é considerado “civilizado”, por oposição a comportamento considerado “bárbaro” ou inaceitável, servindo de critério para avaliar a capacidade de refugiados muçulmanos virem a assimilar, ou não, as normas culturais dos seus países de acolhimento ocidentais. Face à situação, certos campos da extrema-direita europeia têm procurado explorar e mobilizar os receios

dos efeitos que a imigração possa ter sobre as liberdades de comportamento alcançadas pelas mulheres europeias. Isto levou esses grupos de extrema direita a adotar um discurso que, por um lado, louva as liberdades alcançadas pelo movimento feminista e que, simultaneamente, é securitário nas suas “promessas de proteção contra a agressão masculina” (Dworkin 1983: 232 em Downing 2018: 369).

Ao estabelecer paralelismos entre ativismo feminista e campanhas de empoderamento, tais como o movimento #MeToo, e os seus próprios objetivos, esses grupos de extrema direita procuram “fazer uso das vozes das mulheres, a fim de produzir solidariedades com base na discriminação e exclusão sociocultural” (Sorce 2018: 1). O resultado final articulado por esta situação ambivalente, que visa alterar a percepção de uma ideologia de extrema direita, tradicionalmente associada ao racismo biológico grosseiro (Stockemer e Barisione 2016: 3), é o de um “femonacionalismo” (Farris 2017) que legitima a oposição à imigração com base numa oposição a culturas misóginas e, implicitamente, ao predador imigrante, ou “*rapefugee*” (Sorce 2018: 1) – neologismo que transmite a ideia de um refugiado com propensão para violar –, bem como à mulher imigrante que veste o véu, comportamento que é interpretado como uma legitimação clara da misoginia – e, logo, a inaceitabilidade – do Islão.

Ao caracterizar o homem migrante como propenso a cometer atos de assédio e violência sexual e a mulher migrante, envergando o véu, como conivente com a subserviência a práticas culturais misóginas, o discurso da direita moderna conota a imigração com uma “degeneração societal” muito distante dos valores de liberdade e igualdade do Iluminismo de que a Europa moderna é herdeira. Neste sentido, a nação enquanto “corpo político” (Downing 2018: 369), funcionando como um único corpo composto de vários órgãos – cada um cumprindo a sua função particular para o benefício do todo orgânico –, deve excluir os elementos que sejam prejudiciais à sua saúde. Posições políticas racistas e xenófobas são assim legitimadas com base num “femonacionalismo” que combina postulados feministas com política de exclusão (Sorce 2018: 2).

As três mulheres que representam uma nova face alegadamente “feminista” da extrema-direita europeia – Marine Le Pen, Anne Marie Waters e Alice Weidel – são representantes orgânicas daqueles que são frequentemente marginalizados pela corrente dominante da sociedade; tendem a adotar um universalismo moral, ignorando as especificidades de um contexto particular, alegadamente em prol do bem público. Ao fim ao cabo, elas visam distanciar-se de interesses governamentais ou corporativos na sua vontade de “confrontar a ortodoxia e o dogma” (Said 1996: 11) através de meios persuasivos. Em suma, assemelham-se a “*outsiders*” (“figuras externas”) que empatizam com “*the people*” (“o povo”), definido num “sentido histórico idealizado de nação e comunidade

(muitas vezes étnica)” contra os seus inimigos, sejam estes os imigrantes ou “as elites” (Alvares e Dahlgren 2016: 49).

Mouffe alega que o conceito de “*the people*” tende a ser empregue no discurso político como “fortemente xenófobo”, apresentando imigrantes como sendo “uma ameaça à identidade do povo, enquanto que o multiculturalismo é visto como sendo imposto pelas elites contra a vontade popular”. Mouffe retrata ainda o antielitismo como tendo um caráter anti-UE, sendo a integração europeia associada ao autoritarismo exercido pelas elites (Mouffe 2005: 69; Alvares e Dahlgren 2016: 51). Neste artigo, procuro argumentar que estas três líderes de direita têm sido hábeis a atualizar a ideologia da direita de modo a torná-la apelativa a um público mais alargado. Isto em parte é concretizado através do estabelecimento de uma ligação conotativa entre ser-se europeu e fazer parte do projeto iluminista, uma associação de ideias que legitima um racismo cultural numa era em que o racismo biológico, habitualmente associado à discriminação contra “cor da pele e fenótipo”, está em larga medida expurgado do domínio formal da esfera pública europeia por ter constituído uma “aberração histórica” (Lentin e Titley 2012: 126) que se manifestou no Holocausto e na escravatura moderna.

Ao procurarem distanciar-se da legitimação do racismo biológico característica da extrema-direita tradicional, estas líderes estão, assim, a apresentar-se como modelos de uma modernidade cultural europeia que legitima a discriminação com base na cultura, num contexto pós-racial. Este racismo cultural é particularmente visível na retórica anti-islâmica que surge na sequência dos ataques do 11 de Setembro, com a integração forçada a ganhar primazia sobre modelos multiculturais de coexistência.

Culturalmente não-assimilada, ideologicamente inassimilável e transnacionalmente implicada em deslealdade, a “política racial da Guerra Contra o Terrorismo” (Pitcher, 2009: 7) produziu “sujeitos intoleráveis”. A sua presença, legitimidade e, frequentemente, os seus direitos dependem da satisfação de uma quantidade de condições culturais que envolvem a imposição de proibições: sobre vestuário, símbolos religiosos, parceiros matrimoniais e “comportamentos inaceitáveis” (McGhee 2008 em Lentin e Titley 2012: 124).

O distanciamento entre o chamado comportamento civilizado e liberal dos europeus, favorável aos direitos das mulheres, e o comportamento incivilizado e retrógrado dos migrantes, particularmente dos muçulmanos, também é visível nos estilos de vida pessoais destas líderes. Curiosamente, nenhuma destas líderes segue os parâmetros sociais que tradicionalmente se esperariam de mulheres líderes conservadoras: Alice Weidel e Anne Marie Waters são lésbicas assumidas em uniões civis, sendo a parceira da Weidel uma cineasta suíça de origem cingalesa; Marine Le Pen, por sua vez, já se divorciou duas vezes e

separou-se recentemente do parceiro com que se encontrava numa união civil de longa data. Enquanto Weidel e Waters se professam feministas, Le Pen é mais cautelosa em definir-se como tal. No entanto, tende também a usar a retórica que defende a exclusão do nicabe da esfera pública, alegando que simboliza a subjugação feminina à dominação masculina, por exemplo.

A onda de agressões sexuais e assaltos que abalaram a Alemanha, com particular incidência no exterior da estação de comboios da cidade alemã de Colónia, na véspera de Ano Novo de 2015-16, marca um importante ponto de viragem na relação de muitos cidadãos alemães tanto com imigrantes como com a política de imigração aberta defendida pela Chanceler Merkel.

Uma seleção de comentários de Facebook publicados por Marine Le Pen, Anne Marie Waters e Alice Weidel sobre os acontecimentos de Colónia constituirá o corpus analítico que nos permite explorar a forma como a misoginia é usada para justificar uma política discriminatória que, mais do que abertamente racista, é, acima de tudo, anti-islâmica. Potenciais interseções e contradições entre tais discursos serão justificadas com o objetivo de melhor compreender as tensões cosmopolitas que são particularmente visíveis em países da UE que acolhem um grande número de migrantes muçulmanos.

Nos *posts* trocados nas páginas de Facebook das três líderes durante esse período, Colónia ganha estatuto simbólico como incorporando a ameaça misógina representada pelo predador imigrante que não partilha de entendimentos europeus dos papéis e relações de género na esfera pública. Isso torna-se um primeiro passo, no discurso das três líderes, no sentido da legitimação de um racismo cultural, tornando-se o reconhecimento do direito das mulheres à visibilidade e ao controlo dos seus corpos no espaço público numa “medida” objetiva daquilo que é considerado “civilizado”, por oposição a comportamento considerado “bárbaro” ou inaceitável. Os direitos das mulheres, assim, passam a servir de critério para avaliar a capacidade de refugiados muçulmanos para virem a assimilar, ou não, as normas culturais dos seus países de acolhimento ocidentais, no discurso femonacionalista.

Em comentários sobre este tópico, Marine Le Pen, por exemplo, apresenta-se como sendo uma “mulher francesa livre” ao alertar contra uma nova forma de regressão representada pela imigração, que compromete as liberdades “que nos são queridas”, conquistadas pelas “nossas mães e avós” (13/01/2016). Citando Elisabeth Bandinter e Simone de Beauvoir, ela então expressa a sua revolta pelo silêncio da esquerda francesa em relação aos acontecimentos em Colónia, que considera terem sido propositadamente ignorados devido ao receio da estigmatização do Islão, pondo assim em causa valores

sagrados para a República francesa como “*la laïcité*” e os “direitos das mulheres” (13/01/2016).

Anne Marie Waters, por sua vez, escreveu um artigo para a Breitbart News intitulado “A Epidemia de Violações na Europa: As Mulheres Ocidentais Serão Sacrificadas ao Altar da Migração em Massa” (“*Europe’s Rape Epidemic: Western Women Will be Sacrificed at the Altar of Mass Migration*”), que foi publicado em outubro de 2015. O artigo viria a ser tema de discussão num programa de rádio (Breitbart News Daily na SiriusXM, com o anfitrião Alex Marlow) em setembro de 2016, tendo sido publicitado na página de Facebook de Waters. “Vimos 500 mulheres ser vítimas de agressões sexuais numa [única] noite, numa [única] cidade da Alemanha”, salientou. “E a esquerda ainda estava a negar que tal estivesse a acontecer, ou a atacar aqueles que estavam preocupados com isso como sendo racistas”. Alegando que a polícia tende a encobrir incidentes que representam os muçulmanos de forma negativa, de modo a preservar “a paz” e não causar descontentamento excessivo no que diz respeito à política de imigração, Waters sugere que a polícia está mais preocupada em policiar os votos da extrema-direita do que em aplicar a lei. Waters nega ser racista, descrevendo-se antes como “uma feminista, uma mulher homossexual” (21 de setembro de 2016).

Recorrendo à ironia e a um tom “terra-a-terra”, Alice Weidel, por sua vez, procura ridicularizar a política de imigração alemã num contexto de assédio sexual generalizado. De facto, faz troça dos conselhos oferecidos pelas autoridades, como o uso de dispositivos de alarme ou o uso de sapatos desportivos em vez de saltos altos para que as mulheres possam escapar mais rapidamente de situações de ameaça. Como contraproposta, ela promove a deportação imediata dos culpados, defendendo que qualquer outra medida de segurança não funcionará no contexto da “cultura de acolhimento” de Merkel:

Na nossa opinião, a única medida de segurança sensata é a de dissuasão: perpetradores que agridam sexualmente ou mesmo violem mulheres e crianças devem ser deportados imediatamente e permanecer detidos ou cumprir a sentença que lhes seja imposta até que sejam deportados. (9 de setembro de 2016)

As três líderes podem ter as suas diferenças, particularmente em termos do seu distanciamento relativamente ao racismo biológico; no entanto, ideologicamente, elas estão unidas por um desejo de pôr fim a uma situação desconfortável que está, supostamente, a fazer reverter os direitos das mulheres na esfera pública europeia. A solução que defendem para a preservação das liberdades alcançadas na esfera pública europeia é uma política de imigração muito restritiva ou inexistente. O discurso destas líderes é interessante devido à forma como viola profundamente as categorias estáveis de identidade que supostamente determinam a preferência ideológica de cada um (Downing 2018: 369). Esta destabilização

das categorias de identidade levou líderes femininas da extrema-direita a contribuir para a reinscrição da genealogia da mobilização feminista, tradicionalmente conotada com uma tradição intelectual e ativista de esquerda.

## Bibliografia

- Álvares, Cláudia e Dahlgren, Peter. 2016. "Populism, extremism and media: Mapping an Uncertain Terrain." *European Journal of Communication* 31(1): 46-57.
- Bratich, Jack Z. 2018. "U.S. Feminism, 1968 and Mediated Collective Intellectuality." *Journal of Communication Inquiry* 42(3): 290-299.
- Crenshaw, Kimberle. 1989. "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics." *University of Chicago Legal Forum* Vol. 1989, Article 8, <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8> (acedido em 26.09.2019).
- Downing, Lisa. 2018. "The Body Politic: Gender, the Right Wing and 'Identity Category Violations.'" *French Cultural Studies* 29(4): 367-377.
- Esteves, João Pissarra. 2019. *Comunicação, Política e Democracia*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Farris, Sarah. 2017. *In the Name of Women's Rights: The Rise of Femonationalism*. Durham, USA: Duke University Press.
- Furedi, Frank. 2009. "Precautionary Culture and the Rise of Possibilistic Risk Assessment." *Erasmus Law Review* 2(2): 197-220.
- Mnookin, Robert H. 1982. "The Public/Private Dichotomy: Political Disagreement and Academic Repudiation." *University of Pennsylvania Law Review* 130 (6/7): 1429-1440.
- Okin, Susan. 2000. "Feminism, Women's Human Rights, and Cultural Differences." In *Decentering the Center: Philosophy for a Multicultural, Postcolonial, and Feminist World*, edited by Uma Narayan & Sandra Harding, 26-46. Bloomington, Indiana: University of Indiana Press.
- Mouffe, Chantal. 2005. "The 'End of Politics' and the Challenge of Right-Wing Populism." In *Populism and the Mirror of Democracy*, edited by Francisco Panizza, 50-71. London: Verso.
- Pelinka, Anton. 2013. "Right-Wing Populism: Concept and Typology." In *Right-Wing Populism in Europe: Politics and Discourse*, edited by Ruth Wodak, Majid KhosraviNik e Brigitte Mral, 3-22. London: Bloomsbury.
- Said, Edward 1996. *Representations of the Intellectual: The 1993 Reith Lectures*. Nova Iorque: Vintage Books.

- Silverman, Jon e Thomas, Lisa. 2012. “‘I Feel Your pain’: Terrorism, the Media and the Politics of Response.” *Crime, Media, Culture* 8(3): 279–295.
- Sorce, Giuliana. 2018. “Sounding the Alarm for Right-Wing #MeToo: ‘120 Dezibel’ in Germany”, *Feminist Media Studies* 18(6): 1123-1126.
- Stone-Mediatore, Shari. 2014. “Cross-Border Feminism: Shifting the Terms of Debate for US and European Feminists.” *Journal of Global Ethics* 5(1): 57-71.
- Thornton, Margaret. 1991. “The Public/Private Dichotomy: Gendered and Discriminatory.” *Journal of Law and Society* 18(4): 448-463.
- Wahl-Jorgensen, Karen. 2018. “Media Coverage of Shifting Emotional Regimes: Donald Trump’s Angry Populism.” *Media, Culture & Society* 40(5): 766-778.

### Nota biográfica

Investigadora Principal de quatro projetos de investigação e investigadora de três projetos internacionais de consórcio, Cláudia Álvares integra o European Science Foundation College of Experts. Tem exercido funções de avaliadora, desde 2014, para o European Research Council, Ações Cost, Fundação La Caixa, British Academy, FCT e A3ES. Foi eleita presidente da European Communication Research and Education Association (ECREA) para o mandato 2012-2016. Entre as suas publicações principais encontram-se *Media in Europe: New Questions for Research and Policy* (co-autoria, 2014), *Gendered Transformations: Theory and Practices on Gender and Media* (co-autoria, 2010), *Teorias e Práticas dos Media: Situando o Local no Global* (org. conjunta, 2010), *Representing Culture: Essays on Identity, Visuality and Technology* (org., 2008), *Humanism after Colonialism* (2006). Tem publicado nas revistas *Feminist Media Studies*, *Empedocles: European Journal for the Philosophy of Communication*, *European Journal of Communication*, *International Communication Gazette*, *Javnost – The Public* e *The International Journal of Iberian Studies*. Doutorada pela Goldsmith’s College, University of London (2001), é professora associada no Departamento de Sociologia do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

**Orcid ID:** 0000-0002-2882-5114

**Morada institucional:** Departamento de Sociologia, ESPP | Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Avenida das Forças Armadas, Edifício II, Gab. D329, 1649-026 Lisboa, Portugal

Article by invitation / Artigo por convite